

<https://doi.org/10.51234/aben.22.e09.c03>

ALIANÇAS INTERDISCIPLINARES NA CRIAÇÃO DE CURSOS DE ENFERMAGEM NO NORDESTE, CENTRO-OESTE E SUL DO BRASIL

Laís de Miranda Crispim Costa^I

ORCID: 0000-0003-4997-567X

Andréa Mathes Faustino^{II}

ORCID: 0000-0002-5474-7252

Juliana Bonetti de Carvalho^{III}

ORCID: 0000-0003-4286-570X

Marcela das Neves Guimarães^I

ORCID: 0000-0003-2008-0119

Wender Ferreira dos Santos^{II}

ORCID: 0000-0003-2279-7594

INTRODUÇÃO

A atualidade requer superação na forma fragmentada de olhar o homem e o mundo ao seu redor, o que se aplica à disciplina da enfermagem, que está em permanente evolução, na busca de formas próprias para produzir e legitimar seus conhecimentos no campo da ciência. A história da enfermagem, inserida como um subcampo da enfermagem, situa-se entre dois campos do conhecimento: o da História e o da Enfermagem, sendo, portanto, compreendida como uma área interdisciplinar.

O conhecimento acerca da enfermagem contribui sobremaneira para compreender o contexto desta profissão, bem como para a construção de sua memória e identidade. Um dos caminhos para alcançar tais resultados é a produção de conhecimento através de pesquisas sobre sua história. A partir desse entendimento, o presente capítulo visa discorrer sobre um panorama da criação de cursos de enfermagem, com ênfase em três regiões do país e apontando uma experiência de pesquisa desenvolvida pelas autoras em cada uma das regiões a serem apresentadas.

Quanto à organização socioprofissional da enfermagem no Brasil, a inserção da enfermagem moderna, com base nos princípios nightingaleanos, teve início em 1923, com a criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), hoje denominada Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Até então, o ensino nessa área, sem base científica, era majoritariamente empreendido por instituições religiosas⁽¹⁻²⁾.

Apesar de a EEAN ser considerada a primeira escola de enfermagem no Brasil no Sistema Nightingaleano, o ensino de Enfermagem iniciou-se oficialmente em 1890, com a promulgação do Decreto nº 791 e criação no mesmo ano da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras – EPEE no Hospício Nacional de Alienados (hoje denominada

^IUniversidade Federal de Alagoas.
Maceió, Alagoas, Brasil

^{II} Universidade de Brasília.
Brasília, Distrito Federal, Brasil

^{III} Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

Autora Correspondente:

Laís de Miranda Crispim Costa
E-mail: laismcc@gmail.com



Como citar:

Costa LMC, Faustino AM, Carvalho JB, Guimarães MN, Santos WF. Alianças interdisciplinares na criação de cursos de enfermagem no Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil. In: Peres MAA, Padilha MI, Santos TCF, Almeida Filho AJ, (Orgs.) Potencial interdisciplinar da enfermagem: histórias para refletir sobre o tempo presente. Brasília, DF: Editora ABEn; 2022. p. 30 a 40 <https://doi.org/10.51234/aben.22.e09.c03>

Revisora: Maria Itayra Padilha. Doutora em Enfermagem.
Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis,
Santa Catarina, Brasil



Escola Alfredo Pinto), dirigida por médicos, que tinha como objetivo preparar enfermeiros e enfermeiras para trabalhar nos hospícios e hospitais civis e militares⁽³⁻⁴⁾.

Nas primeiras décadas do século XX, duas vertentes de ensino de enfermagem se mantêm no país. Particularmente, a EEAN foi idealizada para dar suporte à Reforma Sanitária, liderada por Carlos Chagas, o qual teve contato com o padrão das enfermeiras norte-americanas, que aqui chegaram através da Missão Parsons⁽²⁾. Vale ressaltar que este grupo de enfermeiras permaneceu no Brasil durante uma década (1921-1931), deixando como legado a institucionalização de um sólido ensino de enfermagem, instrumentos legais que norteavam o ensino e o exercício profissional, bem como rituais e emblemas que simbolizavam um modelo de enfermeira para a sociedade brasileira⁽⁴⁾.

Na década de 1930, através do decreto 20.109/1931, o governo regulamenta o exercício da enfermagem e estabelece a EEAN como “escola padrão” a partir de 1931, o que perdurou por 18 anos, de modo que todas as escolas criadas no período anterior a 1949 teriam de levar em consideração a necessidade de equiparação à escola considerada como padrão. Assim, entre 1931 e 1949, coube à EEAN o papel de enunciar um modelo de enfermeira para a sociedade brasileira, mediante o discurso autorizado e legitimado pelo então aparelho de Estado do governo Vargas⁽⁵⁾. Com a promulgação da Lei 775/49, a EEAN perde a prerrogativa de validar o ensino da enfermagem no Brasil. Doravante, as escolas de enfermagem passam a ser regulamentadas por essa lei, que estabelece as condições mínimas para o processo de formação; a avaliação das escolas passa a ser realizada pelo Ministério da Educação e Saúde, com reconhecimento pelo presidente da República⁽⁵⁾.

Nesse contexto, a partir da segunda metade do século XX, o governo brasileiro, movido por uma ideologia de modernização conservadora e, particularmente o Ministério de Educação e Cultura (MEC), reconhecia a necessidade de implantação de cursos universitários em várias regiões do país, sobretudo nas mais pobres. A rigor, essa prioridade se justificava, pois, das 15 escolas de enfermagem implantadas no Brasil na década de 1950, apenas uma se localizava na região Norte (Escola de Enfermagem de Manaus – 1951). Nas décadas de 1960 e 1970, prevalecia a necessidade de investimento na educação em enfermagem, período em que insere a criação dos Cursos de Enfermagem das Universidades Federais de Santa Catarina, Brasília e Alagoas, objeto de discussão deste capítulo.

O ENSINO DE ENFERMAGEM NA REGIÃO SUL: OS DESAFIOS DA CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

A profissionalização e o ensino de Enfermagem na região Sul iniciou-se na década de 1950, com a criação da primeira Escola de Enfermagem, em 4 de dezembro de 1950, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esta Escola esteve vinculada à Faculdade de Medicina até o ano de 1968, tornando-se independente a partir da Reforma Universitária de 28 de novembro de 1968. As aulas eram ministradas em salas da Faculdade de Medicina; os médicos docentes ministravam as aulas básicas, como anatomia e fisiologia, e as aulas específicas da área da Enfermagem ficavam a cargo das enfermeiras docentes. As aulas práticas ocorriam na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. À medida que o número de enfermeiras docentes crescia na Escola de Enfermagem da UFRGS (EENFURGS), os médicos foram deixando de ministrar as disciplinas⁽⁶⁾.

Ainda na década de 1950, foram criadas outras Escolas de Enfermagem na região Sul, todas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, como a Escola de Enfermagem da Universidade Franciscana em 1955, a Escola de Enfermagem do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em 1956 e a Escola de Enfermagem da Universidade do Cruzeiro do Sul (UCS) em 1957.

O Rio Grande do Sul se destaca pela criação das primeiras Escolas de Enfermagem na região Sul e por manter certa constância nas criações de Cursos de Enfermagem subsequentes. De acordo com o portal do e-MEC, foram criadas quatro Escolas de Enfermagem na década de 1970, três na década de 1980, sete na década de 1990 e 47 após o ano de 2000, totalizando na atualidade 65 cursos de Enfermagem em funcionamento no Estado. Difere do Estado do Paraná, que teve sua primeira Escola de Enfermagem criada na Pontifícia Católica (PUCPR) em 1959 e, somente 16 anos depois, deu-se a criação do Curso de Enfermagem da Universidade

Federal do Paraná, em 1975. Porém, na atualidade, após o ano de 2000, houve um aumento demasiado na abertura de cursos, tornando-se o Estado da região Sul que mais tem cursos de Enfermagem em funcionamento, totalizando 77 cursos em 2020. Até a criação do curso de Enfermagem da UFPR, em 1975, em Curitiba só existia uma escola superior de Enfermagem, a Escola de Enfermagem Madre Léonie, fundada em 1953, por iniciativa da Congregação das Irmãs de São José, e que mais tarde, em 1959, foi incorporada à então recém-criada Universidade Católica do Paraná⁽⁷⁾. É plausível, portanto, supor que havia uma necessidade premente de mais cursos superiores para a formação de enfermeiros no Estado; a existência de um hospital-escola na Universidade Federal do Paraná indicava um cenário bastante favorável para esta iniciativa⁽⁸⁾.

A criação de um curso de Enfermagem na UFPR foi proposta, oficialmente, ao Conselho Setorial do Setor de Ciências da Saúde em 29 de novembro de 1973, ficando o então Diretor, Antonio Ramos May, responsável pela indicação de uma comissão que elaborasse o Plano de Estruturação do Curso. Esta comissão, em 11 de março de 1974, apresentou um relatório com o plano estrutural do curso de Enfermagem. Em 27 de maio deste mesmo ano, pela Resolução 4/74, do Conselho de Ensino e Pesquisa (CEP) da UFPR, é autorizada a criar e implantar o Curso de Enfermagem no Setor de Ciências da Saúde, com a aprovação do Plano de Estruturação apresentado pelo coordenador da Comissão Especial⁽⁸⁾. Em seu início, o curso estava ligado ao Colegiado do curso de Medicina, instância por onde deveriam passar quaisquer aprovações ou providências a ele referidas. Após atender às várias interpelações feitas pelo MEC, foi obtido o reconhecimento do curso, formalizado pela Portaria Ministerial n.º 100, de 21 de janeiro de 1980, com habilitação “Enfermeiro”⁽⁸⁾.

Acompanhando o contexto da época, o curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi criado num período em que a situação da Enfermagem e da Saúde do Estado era caótica, com um número escasso de profissionais para uma infinidade de problemas de saúde que se apresentavam na população. O curso foi pensado e criado com o objetivo de formar enfermeiros qualificados, capazes de modificar a realidade da saúde precária que se apresentava no Estado⁽⁹⁾.

Além da carência, os profissionais enfermeiros existentes no Estado perceberam que também não tinham vida associativa, pois a seção da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) mais próxima localizava-se no Rio Grande de Sul. Foi então que em 13 de março de 1962 criou-se a Associação Brasileira de Enfermagem – seção Santa Catarina (ABEn-SC), liderada pela enfermeira Irmã Cacilda e com a participação ativa das enfermeiras Úrsula Engel e Flérida Goudel de Cardoso. Convictas de que precisavam de um espaço de discussões e da união de forças para lutarem pelo espaço da Enfermagem no Estado, essas enfermeiras, juntamente com algumas poucas que existiam em Florianópolis, consultaram a diretoria da ABEn Nacional sobre os trâmites legais deste processo e logo iniciaram a criação da ABEn-SC⁽⁹⁾.

Por meio da Irmã Cacilda, junto ao secretário da Saúde de Florianópolis, Dr. Fernando Oswaldo de Oliveira, o Enfermeiro foi reclassificado como Profissional de Nível Superior, garantindo um salário mais alto do que o das demais categorias de enfermagem. A partir da visibilidade e do trabalho comprometido desenvolvido pelas enfermeiras, este secretário e o pediatra Dr. Miguel Salles Cavalcanti solicitaram, em 1963, a assessoria das enfermeiras Irmã Cacilda e Úrsula Engel junto à Comissão de Implantação do Hospital Infantil Edith Gama Ramos (HIEGR). Essas enfermeiras se responsabilizaram por assumir a organização e a implantação do primeiro Serviço de Enfermagem no Estado, segundo os padrões da moderna administração⁽¹⁰⁾.

A partir de 1964 foi contratado um grupo de cinco enfermeiras provenientes do Rio Grande do Sul (RS), que fizeram parte da equipe de Enfermagem do HIEGR, a saber: Eloíta Pereira Neves, Irmgard Brueckeimer, Nelcy Terezinha Pacheco Coutinho, Nilsa Borges Paim e Leonor Borges Caon, que logo regressou ao RS, sendo substituída pela enfermeira Lydia Ignez Rossi. Assim, a ideia de criação um curso superior de enfermagem na UFSC surgiu em 1965, por este grupo de Enfermeiras do HIEGR, embora já fosse motivo de discussões nas reuniões da ABEn-SC⁽¹¹⁾.

Em dezembro de 1967, foram elaborados os documentos necessários para o funcionamento do curso de graduação em Enfermagem na UFSC, como o Regimento Interno, o currículo pleno e o complementar. A futura

coordenadora do curso, professora Eloíta Pereira Neves, visitou “as principais escolas de enfermagem do país, com a finalidade de conhecer sua situação quanto à organização didática, administrativa e financeira”⁽¹¹⁾.

Em 24 de janeiro de 1969, por meio da Resolução 2/69 do Reitor David Ferreira Lima⁽¹²⁾, o curso de graduação em Enfermagem da UFSC é criado. Em março de 1969 o curso foi autorizado para iniciar como Faculdade de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina, situação modificada a partir da implantação em 1970 da Reforma Universitária, Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968⁽¹³⁾.

Em 1970 foi criado o Departamento de Enfermagem, que teve como primeira chefe a enfermeira Eloíta Pereira Neves, também coordenadora do Curso de Enfermagem, na época. Manteve-se como coordenadora do Curso até 1972, e como chefe do Departamento de Enfermagem até 1974⁽¹⁰⁾.

Este curso teve início com um regime seriado formado por três séries; cada uma constituía-se de dois semestres. O currículo do curso seguiu o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 271/62 e era desenvolvido em três anos, com a alternativa de o estudante realizar o quarto ano de habilitação em Saúde Pública ou Enfermagem Obstétrica. Em fevereiro de 1969 foi realizado o primeiro Concurso Vestibular, um exame específico destinado à seleção de estudantes para a Enfermagem; em março do mesmo ano, iniciaram-se suas atividades didáticas⁽¹⁴⁾.

A primeira turma do Curso de Graduação de Enfermagem (1969-1971) era composta por 24 estudantes, sendo as disciplinas básicas ministradas pelos docentes da Faculdade de Medicina, e as profissionalizantes e os estágios supervisionados, pelas docentes enfermeiras. Foi a única turma vinculada à Faculdade de Medicina, já que as turmas subsequentes se formaram desvinculadas da Medicina, começando assim um processo de autonomia na formação acadêmica. As atividades práticas de estágios supervisionados eram realizadas em instituições de saúde conveniadas com a UFSC, entre elas os Hospitais: de Caridade, Governador Celso Ramos, Nereu Ramos, Colônia Santa Teresa, Colônia Sant’Ana, Maternidade Carmela Dutra, Infantil Edith Gama Ramos, entre outras⁽¹⁴⁾.

Os primeiros anos do curso de Enfermagem foram tempos de muitos desafios, mudanças de espaços físicos, mudanças curriculares, adaptações, estruturação do curso e do corpo docente, porém foi um período muito promissor. O cotidiano do curso de Enfermagem se dava com a efetiva participação das enfermeiras docentes que atuavam na área acadêmica e administrativa. A área da pesquisa ainda não fazia parte da tradição da enfermagem, pois os cursos de pós-graduação só foram criados a partir de 1972. “Nos primeiros anos do Curso de Enfermagem, o ensino foi a maior preocupação dos docentes. [...] os professores caminhavam passo a passo na construção e na consolidação de um ensino de qualidade”⁽¹³⁾.

Seis anos após a sua criação, o curso de graduação em Enfermagem da UFSC é reconhecido por meio do Decreto nº 76.853/1975, do presidente Ernesto Geisel, após a avaliação de uma comissão especial do Conselho Federal de Educação. Desde a sua criação, o curso de Graduação em Enfermagem da UFSC teve como norte a preocupação com a qualidade do ensino e o dever de formar profissionais comprometidos com a busca por atender às necessidades de saúde da sociedade catarinense.

Em Santa Catarina, o reflexo do esforço e da luta das enfermeiras docentes em face da profissionalização da Enfermagem pode ser visto com a criação de novos cursos de Enfermagem pelo Estado. Enfermeiras recém-formadas no curso de Enfermagem da UFSC contribuíram com a criação dos Cursos de Enfermagem da Unisul (1976) em Tubarão, da UNC (1978) em Concórdia e da Univali (1980) em Itajaí. Cabe ressaltar que o aumento do número de cursos de graduação em Enfermagem no Estado de Santa Catarina se deu a partir do ano de 2000; atualmente o Estado conta com 49 cursos de Enfermagem cadastrados no portal e-MEC⁽¹⁵⁾.

O ENSINO DE ENFERMAGEM NA REGIÃO CENTRO-OESTE: A EXPERIÊNCIA DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

A história da formação e do desenvolvimento dos cursos de Enfermagem na região Centro-Oeste do Brasil acompanha a própria história da região central do país. Até o início dos anos de 1940, a região era um lugar

de muitas matas e cerrados, contava com muitos índios, contudo, em termos de quantitativo de população urbana e rural, era considerada uma grande área “vazia”, desprovida de investimentos e com poucos estabelecimentos de saúde, o que levou por muito tempo ao baixo desenvolvimento econômico, urbano e cultural⁽¹⁶⁾.

Com relação à formação de enfermeiras na região Centro-Oeste, tudo começa com a criação da primeira Escola de Enfermagem, no ano de 1933, na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, de orientação religiosa, com o apoio da igreja presbiteriana. Havia a necessidade de se ter profissionais enfermeiras mais capacitadas para atuar junto à população da época, a qual sofria de endemias como a tuberculose e a febre amarela⁽¹⁷⁾.

A primeira escola foi denominada de “Escola de Enfermagem Florence Nightingale”, provavelmente por influência dos fundadores do Hospital Evangélico Goiano, inaugurado em 1927, na cidade de Anápolis, pelo médico inglês James Fanstone e sua esposa Ethel Fanstone⁽¹⁷⁾. Essa instituição foi um marco para a enfermagem na região e para a sua consolidação. Ainda na década de 1930, outra escola de formação de enfermeiras foi inaugurada no Estado de Goiás, na cidade de Rio Verde, no ano de 1937, devido à dedicação do médico missionário norte-americano Donald Covil e sua esposa Helen Gary Gordon, os quais foram enviados para a “Missão Brasil Central”. Esta escola estava também associada a um Hospital Evangélico na mesma cidade⁽¹⁷⁾.

Em meados de 1938 foi lançada a política colonizadora “Marcha para o Oeste”, instituída durante o mandato do presidente Getúlio Vargas com o objetivo de desenvolver o interior do país. Até então, o extenso território nacional somente havia progredido quase que exclusivamente na região do litoral do Brasil, deixando o interior estagnado. Cerca de 90% da população brasileira ocupava apenas 1/3 do território nacional⁽¹⁶⁻¹⁷⁾.

No início da década de 1940, a terceira escola de enfermagem foi fundada, agora na cidade de Goiânia, recém-nomeada como capital do Estado de Goiás⁽¹⁸⁾. Esta, por sua vez, ficou associada à Ordem Católica da Associação São Vicente de Paulo e foi denominada “Escola de Enfermagem do Hospital São Vicente de Paulo”. Assim, até o final da década de 1940, as primeiras três escolas de enfermagem da região Centro-Oeste do Brasil estavam vinculadas a ordens religiosas, sendo duas delas evangélicas e a outra, católica⁽¹⁷⁾.

O marco desse primeiro momento de fundação das escolas de enfermagem na região Centro-Oeste é de um modelo religioso, associado a um hospital, contrariamente ao que era preconizado pelo modelo instituído como padrão no Brasil, o da Escola de Enfermeiras Anna Nery. Até aquele momento, todos os cursos criados estavam concentrados no Estado de Goiás.

Durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek, durante os anos de 1956 a 1961, houve uma ampliação da política de interiorização do Brasil e a transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, em abril de 1960. Um novo período se inicia, que contribuiu expressivamente para o desenvolvimento socioeconômico da região central do país⁽¹⁶⁻¹⁷⁾.

A construção de Brasília é um marco e elemento importante para o aumento da necessidade de enfermeiras na região central do Brasil. A nova capital precisaria de uma infraestrutura de saúde condizente e adequada para atender os funcionários e familiares daqueles que viriam trabalhar na nova sede do governo federal.

Durante as décadas de 1950 e 1960, nenhum novo curso de Enfermagem foi implantado na região Centro-Oeste, mesmo com o impulso econômico da região, decorrente da construção da nova capital, no Distrito Federal. Ao final da década de 1960, somente a Escola São Vicente de Paulo permaneceu funcionando como formadora de enfermeiras de nível superior; as outras duas escolas passaram a ofertar somente o curso de técnico e auxiliar de enfermagem. O fim dos cursos de enfermagem nessas duas cidades se deu por causa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, de 1961, que estabeleceu como exigência o curso secundário completo para o ingresso no nível superior⁽¹⁷⁾.

Em 1972, durante uma reunião especial de ministros da Saúde das Américas, realizada em Santiago, no Chile, foi instituído o II Plano Decenal de Saúde para as Américas, com ações para o período de 1971 a 1980. Estabeleceu-se como meta a ampliação do quantitativo dos profissionais de saúde, o que incluía os enfermeiros de nível superior, sendo necessário o aumento da oferta de vagas nos cursos já existentes, bem como a criação de novas escolas de enfermagem no país^(17,19).

O Departamento de Assuntos Universitários (DAU/MEC) designou um grupo de enfermeiras (professoras Maria Dolores Lins de Andrade, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maria Rosa de Souza Pinheiro, da Universidade de São Paulo (USP), e Maria Nilda Andrade da (UFPE), que integravam o Grupo Setorial de Saúde (GSS) desse departamento) para prestar assessoramento no diagnóstico sobre os cursos, a fim de identificar um modelo do ensino de enfermagem em 1975, e se conhecer o perfil dos cursos existentes no Brasil nesse ano. Neste período havia 41 cursos ativos no Brasil. O produto gerado pelo documento serviu de referência e apoio técnico à implantação de novos cursos de graduação em Enfermagem^(17,20).

Entre os novos cursos que se utilizaram desse padrão, três se situavam nas Universidades Federais da região Centro-Oeste, todos criados no ano de 1975: os cursos de Enfermagem da Universidade de Brasília (UnB), em abril de 1975, da Universidade Federal do Goiás (UFGO), em junho de 1975, e da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em outubro de 1975^(17,20).

A história da criação do curso de Enfermagem na UnB tem suas bases na história da criação da própria universidade. A UnB foi criada dois anos após a inauguração de Brasília, pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. A universidade tinha como objetivo "(...) reinventar a educação superior, entrelaçar as diversas formas de saber e formar profissionais engajados na transformação do país"⁽²¹⁾. O professor Darcy Ribeiro, com a colaboração do professor Anísio Teixeira, foi o responsável por delinear o perfil da instituição.

No Plano Orientador da instituição de 1962, já era prevista a implantação da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), composta pelos cursos de Medicina (previsto para ser criado em 1966), Enfermagem, Nutrição e Odontologia (previstos para serem criados em 1970, de forma integrada). Efetivamente no ano de 1966 foi criado o curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas que, no ano de 1970, passa a ser denominada Faculdade de Ciências da Saúde (FS), como forma de justificar uma maior integração entre os cursos, uma vez que a Reforma Universitária (RU) de 1968 determinou que os cursos da área da saúde, incluindo o de Enfermagem, deveriam integrar Centros de Ciências da Saúde ou Centros de Ciências Biomédicas⁽²²⁻²³⁾.

O movimento para efetivar a criação do curso de Enfermagem só foi possível devido à pressão do MEC. Nos anos de 1970 havia uma grande carência de enfermeiros nas regiões do interior do país e uma grande demanda por esses profissionais. Um fator que colaborou para o início do curso na UnB foi a inexistência, na época, de alguma instituição que formasse enfermeiros no Distrito Federal⁽²³⁾.

Outras situações que se somaram foram a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540, de 1968), que promovia a inserção dos enfermeiros na carreira universitária, e o fato de a enfermagem ter sido a área de ensino que menos havia crescido entre os anos de 1953 e 1973. O Brasil possuía um déficit de enfermeiros para atender às necessidades da população. Segundo as recomendações do Plano Decenal de Saúde para as Américas, de 1972, deveria haver 4,5 enfermeiros para cada 10 mil habitantes^(17,24).

O "Plano Geral da Rede Médico-Hospitalar de Brasília", elaborado em 1959, previa a criação de "Escola e residência de enfermeiras de Brasília", que teria a função de formar enfermeiros de nível superior e funcionaria junto ao Hospital de Base. Infelizmente essa ideia não teve continuidade; em seu lugar foi criada, em 1962, pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a "Escola de Auxiliares de Enfermagem de Brasília", que tinha por objetivo a formação de profissionais de nível médio⁽²⁵⁾.

Depois do atraso de alguns anos, em 1973 é estruturado um grupo de trabalho para estudar a criação do curso de Enfermagem na UnB, composto por quatro médicos e duas enfermeiras. Em setembro do mesmo ano é constituída uma comissão para apresentar um projeto de implantação do curso de Enfermagem, no que se refere ao currículo pleno e corpo docente, com base na Resolução da Reitoria nº 218/73. Essa comissão não possuía um enfermeiro docente, apesar de o Distrito Federal já possuir certa quantidade de enfermeiras^(23,25-26).

Em 18 de março de 1975 foi encaminhado ao reitor o projeto do curso de Enfermagem, cuja criação foi aprovada no dia 9 de abril de 1975 pelo Conselho Diretor. Foi enviada ao MEC a solicitação da criação de novos cursos; entre eles, estava o curso de Enfermagem da UnB. Os cursos de Nutrição, Odontologia e Enfermagem

foram autorizados em abril de 1975, ficando o curso de Enfermagem sob a administração do Departamento de Medicina Complementar do Curso de Medicina^(25,27).

Nos primeiros anos de sua existência, o curso teve de enfrentar a falta de infraestrutura para o seu funcionamento, pois não possuía um espaço físico próprio para realizar seus trabalhos. Em 1979, o seu processo de reconhecimento tramitou no CFE, que designou uma comissão para avaliar a proposta pedagógica e as condições de funcionamento do curso. Para que o curso fosse reconhecido, deveria haver a contratação de, pelo menos, mais três enfermeiros como docentes, com curso de especialização, para ministrar as disciplinas profissionalizantes. Outra exigência era a criação do Departamento de Enfermagem na Faculdade de Ciências da Saúde^(23,28).

Apesar da exigência do CFE para criar o Departamento de Enfermagem, esta não foi atendida. Contudo, o reconhecimento do curso foi autorizado em 1980, com o comprometimento do reitor de criar, num curto espaço de tempo, o Departamento. Somente em 1986, com a reestruturação administrativa da FS, o Curso de Enfermagem passou à condição de Departamento (Resolução nº 6/86 do Consuni), conforme recomendado no Parecer nº 382/80 do Conselho Federal de Educação^(25,29), desvinculando-se do curso de Medicina a partir desse ano. A primeira docente enfermeira e primeira coordenadora do curso foi a professora Maria Aurineide da Silva Nogueira⁽²⁹⁾.

A INSERÇÃO DO ENSINO SUPERIOR DE ENFERMAGEM EM ALAGOAS: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

O processo de criação, implantação e consolidação do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) também transcorreu na década de 1970, período mais intenso do regime militar no Brasil.

Precisamente no dia 19 de julho de 1973, o reitor da Ufal à época, professor Nabuco Lopes, designou, através da Portaria nº 259, uma comissão formada por dois professores médicos e uma enfermeira contratada pelo Hospital Universitário, para propor um currículo ao curso que se pretendia implantar na Ufal, obtendo autorização para funcionamento no dia 1º de novembro do mesmo ano, em reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa da Ufal⁽³⁰⁾.

Para contextualizar o fato apresentado, ressalta-se que, em fevereiro do ano referido, atracou no porto de Maceió o Navio-Escola Hope (*Health Opportunity for People Everywhere*). A vinda do navio ocorreu no âmbito de um convênio celebrado em 1972 entre o governo do Estado de Alagoas (no mandato do governador Afrânio Lages), o Projeto Hope e a Ufal. Entre os objetivos do convênio, ressalta-se o ensino das mais recentes técnicas da ciência médica norte-americana e a atuação dos profissionais no atendimento de casos especiais de saúde⁽³¹⁾. As enfermeiras que faziam parte desse projeto permaneceram no município até novembro do mesmo ano.

Na oportunidade, a população de Alagoas teve contato com um modelo de enfermagem vigente nos Estados Unidos da América na década de 1970. Até então, a sociedade alagoana contava com cuidados elementares, prestados por auxiliares e atendentes de enfermagem que trabalhavam nos serviços de saúde do Estado, restringindo-se à subordinação às ordens médicas⁽³²⁾. Nos idos de 1973, Alagoas não dispunha de curso de graduação em enfermagem; a única iniciativa de ensino formal na área era a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas (EAEA), criada em 1952⁽³¹⁾.

Apesar de o convênio (com suporte do navio Hope) não ter como objetivo a criação do curso de Enfermagem no Estado, a cultura de enfermagem norte-americana exerceu influência marcante no movimento que estimulou a criação do curso de Enfermagem na Ufal, seja por ter trazido à luz a escassez de enfermeiras no Estado, seja por sua atuação junto ao corpo docente até a criação e a consolidação do curso.

A esse respeito é elucidativo que a composição do primeiro corpo docente estendeu-se para além da formatura da primeira turma, que aconteceu em junho de 1977, e contou com a atuação das enfermeiras do Projeto Hope, as quais, mesmo após a partida do navio (em novembro de 1973), permaneceram em terra por mais cinco anos, cumprindo um programa integrado junto ao Governo de Alagoas e à Ufal⁽³¹⁾.

Um fato que simboliza a parceria entre o projeto norte-americano e a Ufal foi a doação pelo Hope de equipamentos e insumos para a montagem do primeiro laboratório de enfermagem do curso recém-criado no Departamento de Enfermagem da Universidade⁽³⁰⁾. É interessante acrescentar que este espaço recebeu o nome de “Laboratório de Enfermagem June Sessil Barrera”, em homenagem a uma das enfermeiras norte-americanas que permaneceram no Brasil, dando prosseguimento ao projeto.

Conforme já mencionado, o período de 1960 a 1970 representou um marco para o ensino superior de Enfermagem no Brasil, pois no espaço temporal de 15 anos ampliaram-se em mais de 100% os cursos de graduação de formação de enfermeiros; em 1961 havia 32 cursos, evoluindo-se para 66 em 1976⁽³³⁾.

Foi nesse contexto que lideranças do Estado de Alagoas identificaram argumentos expressivos que justificavam a criação do primeiro curso de graduação em enfermagem: Estado com baixo índice de desenvolvimento, número insuficiente de profissionais de enfermagem e população a padecer com precárias condições de saúde⁽³⁴⁾. Como aludido, a atuação das enfermeiras norte-americanas possibilitou uma nova visão do potencial do trabalho da enfermeira e a grande necessidade dessas profissionais para o Estado, bem como a compreensão do reitor, professor Nabuco Lopes, para implantar o curso na Ufal naquele momento⁽³¹⁾.

A partir da implantação do curso, criou-se o Setor de Estudos de Enfermagem, vinculado ao Departamento de Medicina Interna, sob a chefia do professor Osvaldo Brandão Vilela. Diante das circunstâncias, o reitor designou a professora Vera Rocha como primeira coordenadora do curso de Enfermagem, muito provavelmente pela estreita relação que ela mantinha com a Universidade e por fazer parte da Comissão, juntamente com dois médicos⁽³²⁾.

À época, o currículo mínimo de qualquer curso de Enfermagem e Obstetrícia deveria atender ao Parecer nº 163/72, como consta na Resolução nº 4-72, de 25 de fevereiro de 1972, que estabelece a divisão do currículo em três troncos, quais sejam: pré-profissional, o qual incluía as matérias do 1º ciclo comum a todos os cursos da instituição na área das Ciências da Saúde; tronco profissional comum, que contempla as disciplinas específicas da graduação em enfermagem e habilita o acesso à parte seguinte; e habilitações, que abordam matérias adequadas à formação do Enfermeiro Médico-Cirúrgico, da Enfermeira Obstétrica ou Obstetiz e do Enfermeiro de Saúde Pública.

Após a criação do curso, era preciso cuidar da sua efetiva implantação. O primeiro vestibular ocorreu em janeiro de 1974; as aulas tiveram início em março, e as ingressantes passaram a cursar as disciplinas do ciclo básico, a maioria ministrada por docentes formados em Medicina. A formatura da primeira turma ocorreu em junho de 1977. A partir de intenso trabalho do corpo docente, o curso foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação em 27 de agosto de 1979, através da Resolução CFE nº 825/1979.

Durante os primeiros anos de funcionamento, formaram-se basicamente quatro grupos distintos entre os protagonistas do curso: das alunas; das professoras enfermeiras; dos professores médicos; e das enfermeiras norte-americanas do Projeto Hope. Nessa trama de agentes sociais, cada qual desempenhou funções um tanto distintas, tendência que se acentuou à medida que se estabeleceram sinais de competição e de ampliação entre as atribuições de cada um. Dialeticamente, esse cenário fez emergir a noção de interdependência, formando um tecido social dinâmico⁽³⁵⁾.

À proporção que as professoras enfermeiras, provenientes de diversos estados brasileiros, tomaram posse como docentes, elas assumiram a direção do curso e também passaram a participar das discussões que se davam na Universidade. Essas experiências fizeram emergir a consciência da necessidade de conquista de espaço na universidade e o reconhecimento social do curso recém-criado.

Dessa visão panorâmica alusiva aos primórdios do curso, assenta-se a tese de que a estadia do navio-escola do projeto Hope e as inovações empreendidas nos cuidados de Enfermagem no Estado de Alagoas conferiram visibilidade ao capital simbólico do trabalho da enfermeira, contribuindo sobremaneira para a criação do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas. A partir das lutas empreendidas por um grupo de enfermeiras docentes do citado curso, tornou-se possível consolidar o espaço de atuação da enfermagem alagoana.

O segundo curso de Enfermagem em Alagoas só foi criado em 1998, por uma instituição privada denominada Centro de Ensino Superior de Maceió (Cesmac). Portanto, 25 anos separam estes dois contextos. Vale ressaltar que o aumento do número de cursos de graduação em Enfermagem em Alagoas se deu a partir de 2001; atualmente o Estado conta com vinte cursos de Enfermagem cadastrados no portal e-MEC, sendo 15 na modalidade presencial, quatro na modalidade EaD e um em processo de extinção⁽¹⁵⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA/HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DE CURSOS DE ENFERMAGEM

A enfermagem se interessa por estudos de sua história, pois o enfermeiro que se apropria desta disciplina, de certo modo se apodera de sua própria história e adquire maior domínio e sabedoria para conhecer e discutir de forma crítica, madura e reflexiva aspectos relativos à sua profissão, desenvolvendo condições de analisar as situações postas na realidade atual⁽³⁶⁾.

A transversalidade e a interdisciplinaridade buscam reintegrar conhecimentos isolados em cada disciplina e agrupar um largo campo de conhecimento, “tendo como produto final uma história mais ampla, teoricamente consistente, com diferentes significados e percepções, fornecendo maior compreensão acerca da profissão e identidade para os profissionais que nela atuam”⁽³⁶⁾.

A possibilidade do resgate de informações históricas da memória é um importante recurso nas pesquisas históricas para a construção e a preservação da identidade profissional e, por extensão, institucional⁽³⁷⁾. Os escritos deste capítulo, advindos de pesquisas desenvolvidas por enfermeiras das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul do país, demonstram que uma das formas de a enfermagem produzir conhecimento na linha de pesquisa da história é através da realização de estudos sobre os processos de criação, implantação e desenvolvimento das Escolas de Enfermagem no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS

1. Carlos DJD, Padilha MI, Villarinho MV, Borenstein MS, Maia ARCR. Nursing Schools in northeastern Brazil (1943-1975). *Rev Rene*. 2014;15(2):326-33. <https://doi.org/10.15253/2175-6783.2014000200018>
2. Silveira CA, Paiva SMA. [The evolution of the teaching of nursing in Brazil: a historical review]. *Cienc Cuid Saude*. 2011;10(1):176-183. <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v10i1.6967> Portuguese.
3. Galleguillos TGB, Oliveira MAC. [The beginnings and the development of nursing education in Brazil]. *Rev Esc Enferm USP*. 2001;35(1):80-7. Portuguese.
4. Amorim WM, Barreira IA. [The circumstances of the reconfiguration process of the professional school of assistance to psychopaths of the Federal District]. *Esc Anna Nery*. 2006;10(2):195-203. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000200005> Portuguese.
5. Costa LMC, Santos RM, Trezza MCSF, Rozendo CA, Almeida LMWS. [Production of a historical research on graduate programs in nursing: an integrative review]. *Hist enferm Rev eletrônica*[Internet]. 2012 [cited 2020 Nov 05];3(1):1-17. Available from: <http://www.here.abennacional.org.br/here/vol3num1artigo1.pdf> Portuguese.
6. Riffel MJ, Moretto VL, Silveira R. Obstetric nursing: trajectory and constitution in seven decades of the UFRGS Nursing School. *Rev Gaúcha Enferm*. 2020;41(esp):e20190142. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190142>
7. Rodrigues J, Oguisso T, Freitas GF, Ciozak SI. [The trajectory of a nurse: Neuza Aparecida Ramos]. *Rev Bras Enferm*. 2009;62(3):400-406. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672009000300011> Portuguese.
8. Perna PO (Org.). *Contribuição para a História do Curso e Departamento de Enfermagem da UFPR*. Curitiba: UFPR; 2013.
9. Zago AT. *ABEn-SC Gestão 1962-1964 (DVD)*. In: Kirchoff ALC, Zago AT, Paim L (ed.). *A trajetória da Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Santa Catarina: lembranças Cinquentenárias (1962-2012)*. Florianópolis: Associação Brasileira de Enfermagem-Seção Santa Catarina; 2013. p. 49-51.

10. Neves EP. A Associação Brasileira de Enfermagem - Seção Santa Catarina e a repercussão na criação do Curso de Graduação em Enfermagem na UFSC. In: Zago AT, Martins CR, Borenstein MS, Mendes NTC (org). Contribuições da ABEn-SC para a Enfermagem Catarinense. Florianópolis: Associação Brasileira de Enfermagem-Seção Santa Catarina; 2010. p. 21-46.
11. Borenstein MS, Althoff CR. Projetando e conquistando um caminho para a formação profissional do enfermeiro. In: Borenstein MS, Althoff CR, Souza ML. Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias (1969-1999). Florianópolis: Insular; 1999. p. 25-64.
12. Universidade Federal de Santa Catarina. Secretaria Geral. Divisão de Pessoal. Boletim do Pessoal. Florianópolis. 1969;3(25):01-02.
13. Presidência da República (BR). Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da União; 1968 [cited 2020 Nov 10]. Available from: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>
14. Bub LIR, Mendes NTC. Os primeiros 10 anos (1969-1979). In: Borenstein MS, Althoff CR, Souza ML. Enfermagem da UFSC: recortes de caminhos construídos e memórias (1969-1999). Florianópolis: Insular; 1999. p. 65-126. Portuguese.
15. Ministério da Educação (BR). Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior [Internet]. 2020 [cited 2020 Jun 23]. Available from: <http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>
16. Vieira Neto J. [Brazilian center-west urbanization]. Espaço em Revista. 2008 [cited 2020 Nov 10];10(1):38-65. Available from: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/13545/8693> Portuguese.
17. Barbosa TSC, Baptista SS. [Movement of expansion of the upper courses of nursing in the center-west region of Brazil: a historical perspective]. Rev Eletr Enf. 2008;10(4):945-56. <https://doi.org/10.5216/ree.v10.46742> Portuguese.
18. Oliveira AMV. [The perception of change: the records in the city of Goiás]. História [online]. 2011;30(1):189-208. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000100009> Portuguese.
19. Pires-Alves F, Paiva CHA, Hochman G. [History, health and its workers: from the international agenda to the Brazilian policies]. Ciênc Saúde Coletiva. 2008;13(3):819-29. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000300002> Portuguese.
20. Wright MGM, Paim L, Rodrigues KH. [Development of Higher Education in Nursing in the Midwest Region - Quality Indicators for Undergraduate Courses]. Rev Bras Enferm. 1982;35(1):60-73. <https://doi.org/10.1590/0034-716719820001000007> Portuguese.
21. Universidade de Brasília. Criação[Internet]. Brasília: UnB; 2008 [cited 2020 Nov 17]. Available from: http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos/criacao. Portuguese.
22. Ministério da Educação e Cultura (BR). Universidade de Brasília (ed.). Plano Orientador da Universidade de Brasília [Internet]. Brasília: Ministério da Educação e Cultura; 1962 [cited 2020 Nov 16]. Available from: http://www.dpo.unb.br/documentos/Relatorios_antigos/PDE_UnB_Orientador_UnB_1962.pdf. Portuguese
23. Cardoso FA, Dytz JLG. [Creation and consolidation of the nursing course at the university of Brasília: a guardianship's history (1975 - 1986)]. Esc Anna Nery. 2008;12(2):251-7. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452008000200008> Portuguese.
24. Rocha MEMO, Nunes BMVT. [Expansion of undergraduate Nursing courses: study in Piauí]. Rev Bras Enferm. 2013;66(3):391-398. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000300014> Portuguese.
25. Hildebrand SM. Formação e mercado de trabalho de enfermeiros no Distrito Federal: 1980-1993 [Dissertação]. Ribeirão Preto (SP): Universidade de São Paulo; 1994. 175p. Portuguese.
26. Universidade de Brasília (UnB). Resolução da Reitoria nº 218, de 28 de setembro de 1973. Constitui a comissão para o projeto de implantação do Curso de Enfermagem da UnB. Brasília: Universidade de Brasília; 1973. Portuguese.
27. Universidade de Brasília (UnB). Resolução Conselho Diretor nº 28, de 9 de abril de 1975. Aprova a criação do Curso de Graduação em Enfermagem da UnB. Brasília: Universidade de Brasília; 1975. Portuguese.
28. Universidade de Brasília (UnB). Ofício nº 06/1979. Trata do processo de reconhecimento do Curso de Graduação em Enfermagem e Obstetrícia - Habilitação Geral em Enfermagem Comissão que verificaria as condições de funcionamento do Curso de Enfermagem da UnB. Brasília: Universidade de Brasília; 1979. Portuguese.
29. Santos WF, Cruz KCT, Faustino AM. [Nursing course at the University of Brasília: Historical path (1975-2015)]. Hist enferm Rev eletrônica. 2020 [cited 2020 Nov 17];11(2):85-98. Available from: <http://here.abennacional.org.br/here/v11/n2/a1.pdf> Portuguese.

30. Figueiredo MCS, Mendonça MRA, Santos RM. Avaliação do curso de Enfermagem e Obstetrícia da Universidade Federal de Alagoas. Maceió; 1987. Portuguese.
31. Santos RM, Lira YCMS, Nascimento RF. O Navio Hope: um novo encontro entre a Enfermagem Brasileira e a Norte-Americana. Maceió: EDUFAL; 2009. Portuguese.
32. Costa LMC. Tecitura da identidade profissional da primeira turma do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas: contribuição do corpo docente – 1973/1977 [dissertação]. Maceió (AL): Universidade Federal de Alagoas; 2012. 109p. Portuguese.
33. Teixeira E, Vale EG, Fernandes JD, Sordi MRL (orgs). O ensino de graduação em enfermagem no Brasil: o ontem, o hoje e o amanhã. Brasília: Inep; 2006. Portuguese.
34. Santos RM, Tavares LVS, Cruz DE, Trezza MCSF. [Circumstances of creation of the Nursing in Federal University of Alagoas: a preliminary study]. *Hist enfer Rev eletrônica*. 2010 [cited 2020 Nov 17];1(1):69-94. Available from: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/bdenf/2010/bde-25595/bde-25595-123.pdf> Portuguese.
35. Costa LMC, Santos RM, Santos TCF, Trezza MCSF, Leite JL. [Project HOPE contribution to the setting up of the professional identity of the first nurses from Alagoas, 1973-1977]. *Rev Bras Enferm*. 2014;67(4):535-42. <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2014670406> Portuguese.
36. Padilha MICS, Borenstein MS. [Nursing History: Teaching, research and interdisciplinarity]. *Esc Anna Nery*. 2006;10(3):532-538. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000300024> Portuguese.
37. Queirós PJP, Almeida Filho AJ, Monteiro APA, Santos TCF, Peres MAA. Parliamentary debates in Portugal from 1821 to 1910. Identification of Nursing History sources. *Esc Anna Nery*. 2017;21(1):e20170006. <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20170006>